

35ª Reunião Brasileira de Antropologia.

13 a 17 de julho.

Goiânia, Goiás. Brasil.

**Entre a juventude e a maternidade: gênero e experiências juvenis em uma análise
etnográfica em Beneditinos (PI).**

GT 079 - Gênero, gravidez e parto: tecnologias e políticas reprodutivas.

1. INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência configura-se como um fenômeno social complexo e multifacetado, cujas implicações extrapolam a dimensão individual da jovem, alcançando esferas familiares, comunitárias e institucionais. Em contextos marcados por vulnerabilidades sociais, observa-se maior incidência de gestações precoces, frequentemente associadas a desigualdades estruturais, tais como renda, acesso à educação e assimetrias de gênero. Como aponta Gonçalves (2004), em determinados contextos sociais, “a gravidez na juventude é encarada pelos pais como uma interrupção no processo de crescimento e de individualização”, evidenciando não apenas preocupações familiares, mas também uma ansiedade social mais ampla em torno da experiência juvenil. Sob a perspectiva antropológica, tais processos não se restringem à adolescente, mas mobilizam redes de cuidado e sociabilidade, envolvendo mães, avós e outros membros da família na gestão da gestação e da criação da criança.

Embora a ocorrência da gravidez precoce não constitua um fenômeno recente no Brasil, sua construção como “questão social” é relativamente recente e está diretamente relacionada à consolidação de discursos institucionais ao longo das últimas décadas do século XX. A partir desse período, campos como a saúde pública, a educação e as políticas sociais passaram a enquadrar a maternidade na adolescência sob a categoria de “risco”, produzindo uma leitura normativa que associa essa experiência a indicadores negativos, como evasão escolar, precarização das condições de vida e restrição de oportunidades. Nesse movimento, a gravidez na adolescência deixa de ser compreendida como uma possibilidade inscrita em determinados contextos socioculturais e passa a ser tratada como um problema a ser prevenido, monitorado e regulado, orientando a formulação de políticas públicas e estratégias de intervenção.

No campo da psicologia, esse enquadramento se expressa na centralidade do discurso do risco psicossocial, no qual a ênfase recai sobre a suposta imaturidade dos sujeitos jovens. A gravidez é, então, frequentemente interpretada como um evento “precoce”, sendo associada à produção de desajustes emocionais e sociais tanto para as adolescentes quanto para seus filhos. Conforme argumenta Bozon (2001), esse tipo de abordagem tende a oscilar entre registros analíticos e morais, aproximando-se, por vezes, de leituras normativas que reforçam julgamentos sobre a reprodução juvenil.¹

¹E-mail institucional: izabelasilva@ufpi.edu.br Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4140060730211430>

De maneira convergente, no âmbito da saúde pública, predomina um discurso que inscreve a gravidez na adolescência em um campo de risco social (Carneiro, 1998; Brasil, 1996, 1997), frequentemente interpretando-a como consequência direta da pobreza, da precariedade das condições de vida e das limitações no acesso a serviços básicos. Nessa chave interpretativa, o fenômeno é compreendido como parte de um ciclo de reprodução das desigualdades sociais (Stern; Garcia, 1999), reforçando leituras de caráter causal que tendem a simplificar sua complexidade.

Entretanto, abordagens estritamente deterministas mostram-se insuficientes para apreender a densidade do fenômeno. Ainda que a gravidez na adolescência esteja, em muitos contextos, associada a situações de vulnerabilidade, é fundamental reconhecer que ela se insere em trajetórias previamente marcadas por restrições estruturais, como oportunidades limitadas, fragilidade dos vínculos escolares e escassez de alternativas concretas de inserção social (Stern; Garcia, 1999). Nesses cenários, a maternidade pode assumir significados diversos, constituindo-se, em alguns casos, como um eixo organizador da vida e como uma possibilidade de construção de reconhecimento social e projeto de futuro.

Adicionalmente, parte dessas interpretações sustenta-se na pressuposição de que a adolescência constitui uma etapa universal e homogênea do desenvolvimento humano, atribuindo aos sujeitos características generalizáveis e desconsiderando as variações socioculturais que atravessam essa categoria (Stern; Garcia, 1999). Ao privilegiar o critério etário como eixo analítico central, tais abordagens tendem a obscurecer as desigualdades sociais, as assimetrias de gênero e as diferentes condições de escolha que marcam as trajetórias de jovens em contextos distintos. Desse modo, torna-se fundamental deslocar o olhar para uma perspectiva que reconheça a pluralidade das experiências juvenis e os múltiplos sentidos que a maternidade pode assumir em contextos específicos.

A abordagem etnográfica, construída a partir da inserção no campo empírico no município de Beneditinos, com foco nas práticas e dinâmicas institucionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), especialmente no acompanhamento de jovens gestantes e mães. A metodologia adotada articula diferentes estratégias qualitativas, incluindo observação participante, registros em diário de campo, participação em reuniões institucionais e interações diretas com a equipe técnica, permitindo apreender tanto os discursos quanto às práticas cotidianas que estruturam o atendimento. Além disso, foram realizadas conversas informais e escutas situadas, fundamentais para compreender as

experiências das interlocutoras e os modos pelos quais as políticas públicas são vivenciadas no cotidiano.

As metodologias feministas são essenciais nesta pesquisa, pois constituem um campo crítico que questiona a pretensa neutralidade da ciência e propõe formas de produção do conhecimento comprometidas com a reflexividade, a ética e a transformação social. Fundamentadas na ideia de que todo conhecimento é situado, tais abordagens reconhecem que a posição social da pesquisadora, atravessada por marcadores como gênero, raça e classe, influencia diretamente os processos de investigação e interpretação (Donna Haraway, 1995).²

Nesse sentido, as metodologias feministas buscam deslocar o olhar hegemônico, valorizando saberes historicamente marginalizados e promovendo a escuta de sujeitos silenciados, especialmente mulheres em contextos de vulnerabilidade. Além disso, enfatizam a reflexividade como prática central, ao exigir que a pesquisadora explicita suas implicações no campo e nas relações construídas durante a pesquisa (Neves, 2015). Ao mesmo tempo, articulam-se a perspectivas interseccionais, evidenciando como diferentes sistemas de opressão operam conjuntamente na produção das desigualdades (Angela Davis, 2016; Patricia Hill Collins, 2019).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar, como as experiências de jovens mães são atravessadas por relações de gênero, desigualdades sociais e políticas públicas, buscando compreender de que maneira a maternidade na juventude reorganiza trajetórias, afetos, responsabilidades e projetos de vida no contexto investigado.

2. MINHA TRAJETÓRIA DE PESQUISA.

A trajetória de construção deste objeto de pesquisa desenvolve-se de maneira contínua desde o Trabalho de Conclusão de Curso até o ingresso no mestrado em Antropologia, evidenciando um processo de amadurecimento teórico-metodológico articulado ao aprofundamento empírico. Inicialmente, no âmbito do TCC, o interesse pelo campo emergiu a partir de inquietações relacionadas às intersecções entre gênero, juventude e vulnerabilidade social, ainda que de forma exploratória e com delimitações analíticas mais amplas.

² As contribuições de Donna Haraway tornam-se fundamentais, sobretudo ao propor a noção de saberes localizados. Para a autora, todo conhecimento é necessariamente parcial, situado e produzido a partir de posições específicas no mundo, o que implica rejeitar a ideia de uma objetividade universal e desincorporada. Em vez disso, Haraway defende uma objetividade comprometida com a localização, a responsabilidade e a explicitação das condições de produção do saber.

Na pesquisa³ anterior realizada no município de Beneditinos (PI), foram entrevistadas quatro jovens mulheres que vivenciaram a maternidade durante a adolescência. A análise de seus relatos permitiu compreender que a experiência da gravidez incidiu diretamente sobre suas trajetórias de vida, especialmente no que diz respeito à evasão escolar e às dificuldades de conciliar a maternidade com a continuidade dos estudos. Tais experiências não se restringem a dimensões individuais, mas revelam condicionantes sociais mais amplas que atravessam as possibilidades educacionais e os projetos de futuro desses jovens.

Com a inserção no mestrado, esse percurso investigativo adquire maior densidade analítica. Isso ocorre tanto pela incorporação de referenciais teóricos mais consistentes, em especial perspectivas feministas e críticas, quanto pelo investimento em uma etnografia mais situada, atenta às experiências e narrativas das interlocutoras. Paralelamente, a própria escrita se transforma: deixa de assumir um caráter predominantemente descritivo para se constituir como uma prática reflexiva e interpretativa, na qual o posicionamento da pesquisadora em campo passa a ser explicitado. Dessa forma, o trânsito entre o TCC e o mestrado não representa uma ruptura epistemológica, mas um processo contínuo de refinamento das questões de pesquisa, das escolhas metodológicas e do próprio fazer antropológico.

Nessa direção, o estudo da maternidade e da juventude, no campo da antropologia, revela-se fundamental para a compreensão das múltiplas formas pelas quais essas experiências são social e culturalmente construídas. Ambas são atravessadas por marcadores como gênero, classe social, territorialidade e acesso a políticas públicas. Assim, longe de constituírem categorias homogêneas, juventude e maternidade assumem significados distintos conforme os contextos em que se inserem, o que exige uma abordagem analítica situada.

Conforme apontam Heilborn (2006)⁴ e colaboradoras, em estudos sobre gravidez na adolescência, a intersecção entre juventude e maternidade implica reconfigurações significativas nas trajetórias de vida, especialmente no que concerne à escolarização, às relações familiares e às expectativas de futuro. Desse modo, a análise antropológica dessas experiências possibilita evidenciar não apenas os desafios enfrentados por jovens mães, mas

³ Sou graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí, com conclusão do curso em 2024, e ingresso no mestrado em Antropologia em 2025.

⁴ A contribuição de Maria Luiza Heilborn é fundamental para esta pesquisa, pois sua abordagem permite compreender a gravidez na adolescência a partir da articulação entre dimensões sociais, culturais e de gênero, ampliando a análise para além de explicações individuais.

também as estratégias que mobilizam na construção de seus percursos. Nesse sentido, o presente trabalho justifica-se ao conferir centralidade às narrativas de jovens mães em contexto rural, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre maternidade, juventude e desigualdades sociais, bem como para a problematização das políticas públicas voltadas a esse segmento.

Desde o final do século XX, a adolescência vem se consolidando como um campo privilegiado de análise nas ciências sociais, sobretudo em função das transformações nas normas que regulam sexualidade, reprodução e constituição familiar. De acordo com Costa (2002), observa-se, nas sociedades contemporâneas, uma crescente dissociação entre sexualidade e reprodução, acompanhada por maior tolerância à vivência da sexualidade entre jovens. Tal processo relaciona-se diretamente à difusão de tecnologias contraceptivas a partir da segunda metade do século XX, as quais ampliaram as possibilidades de controle reprodutivo, especialmente para as mulheres, favorecendo maior autonomia nas decisões acerca da maternidade (Almeida, 2001).

Nesse contexto, a gravidez na adolescência adquire visibilidade social e passa a ser amplamente tematizada por diferentes atores, incluindo políticas públicas, organismos internacionais e meios de comunicação. A Organização Mundial da Saúde (1975) define a gravidez precoce como aquela que ocorre entre os 10 e 19 anos, classificando-a como uma questão relevante de saúde pública. Entretanto, tal definição, de cunho biomédico, tende a homogeneizar experiências distintas e a enfatizar riscos biológicos, frequentemente desconsiderando as variações sociais, culturais e etárias que atravessam esse fenômeno.

No âmbito das relações de gênero, torna-se imprescindível compreender como se configuram maternidade e paternidade no interior das juventudes, bem como de que modo essas experiências são vivenciadas no contexto empírico investigado. Parte-se, portanto, do pressuposto de que a gravidez na adolescência não constitui um fenômeno homogêneo, sendo atravessada por múltiplos marcadores sociais, como gênero, classe, território e sexualidade, que produzem experiências diversas e situadas.

Sob essa perspectiva, a obra *Sexo e Temperamento*, de Margaret Mead, oferece uma contribuição relevante ao demonstrar que os papéis de gênero não são universais, mas social e culturalmente construídos. Conforme argumenta a autora, as distinções entre masculino e feminino variam entre sociedades e estão diretamente relacionadas às expectativas culturais

específicas de cada contexto. Assim, as experiências de maternidade e paternidade devem ser analisadas à luz dessas construções socioculturais, considerando as particularidades do grupo social investigado.

Diante disso, torna-se fundamental evitar generalizações que tendem a homogeneizar experiências distintas, especialmente no que se refere à adolescência. Ao concebê-la como uma fase da vida que é também social e culturalmente construída, é necessário reconhecer que ela é atravessada por múltiplas determinações e, portanto, marcada por profundas singularidades. Não se trata, portanto, de uma categoria universal e fixa, mas de um conjunto de experiências diversas que variam conforme contextos históricos, sociais, políticos e culturais.

Nessa perspectiva, Heilborn (1997) propõe a noção de “adolescências”, no plural, enfatizando que os modos de vivenciar esse período estão diretamente relacionados às condições concretas de existência dos sujeitos. A autora destaca ainda que fatores como classe social, gênero, inserção territorial e acesso a bens e serviços produzem diferenças significativas nas trajetórias juvenis, impactando diretamente as formas pelas quais eventos como sexualidade, conjugalidade e maternidade são experienciados. Assim, ao analisar a gravidez na adolescência, torna-se necessário deslocar o olhar de interpretações universalizantes para abordagens que considerem as especificidades dos contextos sociais, evitando reduzi-la a um problema homogêneo e desarticulado das condições estruturais que conformam a vida desses jovens.

Ainda no interior dessa perspectiva simbólica, Mary Douglas (1966), em *Pureza e Perigo*, argumenta que a noção de sujeira não corresponde a uma propriedade intrínseca, mas àquilo que se encontra “fora do lugar” em determinada ordem social. Essa chave interpretativa mostra-se particularmente produtiva para pensar o contexto empírico de Beditinos (PI), onde a gravidez na adolescência, sobretudo quando desvinculada de relações conjugais formalizadas, é frequentemente percebida como uma ruptura das expectativas sociais que organizam gênero, sexualidade e projetos de vida.

No campo, tal percepção manifesta-se em discursos morais que classificam esses jovens como tendo “se adiantado” ou “saído do rumo”, expressões recorrentes que indicam a produção de uma “desordem simbólica”. Assim, a maternidade precoce passa a ser associada a uma espécie de “impureza moral”, não apenas por ocorrer fora do tempo socialmente

esperado, mas também por tensionar normas locais relacionadas à respeitabilidade feminina, à sexualidade regulada e à centralidade da família conjugal.

Essas classificações simbólicas não permanecem no plano discursivo, mas produzem efeitos concretos nas trajetórias das interlocutoras. Em Beneditinos, observou-se que jovens mães frequentemente se afastam da escola, seja em função das demandas do cuidado, seja em decorrência de constrangimentos e estigmas vivenciados no ambiente escolar. Tal afastamento não pode ser compreendido como uma escolha individual isolada, mas como resultado de um conjunto de pressões sociais que limitam suas possibilidades de permanência institucional. Como consequência, intensificam-se processos de vulnerabilização, especialmente no que se refere às oportunidades de inserção no mercado de trabalho e à construção de projetos de futuro.

Em diálogo com essa leitura, a teoria feminista pós-estruturalista contribui para problematizar as relações de poder que atravessam essas experiências. Conforme argumenta Guacira Lopes Louro (1997), o gênero é uma construção social reiterada por práticas discursivas e institucionais, e não uma essência natural. Judith Butler (2018), por sua vez, ao propor a noção de performatividade de gênero, evidencia que os corpos são regulados por normas que definem quais condutas são socialmente legítimas.

No contexto de Beneditinos, essas normas tornam-se visíveis na forma desigual como a maternidade e a paternidade são socialmente tratadas. Enquanto as jovens mulheres são intensamente responsabilizadas pela gravidez e pelas consequências dela decorrentes, os jovens homens, em muitos casos, permanecem à margem dos julgamentos morais e das cobranças sociais. Essa assimetria foi recorrente nos relatos das interlocutoras, que frequentemente narravam a ausência ou o afastamento dos parceiros, sem que isso implicasse sanções sociais equivalentes às que recaem sobre elas.

Essa dinâmica pode ser analisada à luz da noção de “aborto paterno” (UOL, 2018), que denuncia o abandono masculino diante da paternidade. No campo, embora o termo não seja mobilizado localmente, a prática que ele descreve é amplamente reconhecível. A ausência paterna aparece como um fenômeno naturalizado, muitas vezes incorporado às

expectativas sociais, o que revela a persistência de uma lógica patriarcal que atribui às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado e pela reprodução.⁵

Além disso, conforme aponta Souza (2012), a gravidez na adolescência deve ser compreendida em articulação com contextos mais amplos, incluindo transformações econômicas, desigualdades regionais e formas de regulação institucional. No caso de Beneditinos, tais dimensões se expressam nas limitações de acesso a políticas públicas, na precariedade de serviços educacionais e na ausência de suporte efetivo às jovens mães, elementos que atravessam diretamente suas experiências.

Por fim, no que se refere à regulação da sexualidade, os dados etnográficos indicam que, em contextos rurais como o investigado, a sexualidade juvenil é fortemente atravessada por discursos morais, religiosos e biomédicos. Esses discursos tendem a restringir os espaços de diálogo e de educação sexual crítica, contribuindo para a produção de silenciamentos. A escola, que poderia constituir um espaço privilegiado de reflexão e formação, aparece, muitas vezes, como instância de reprodução da cisheteronormatividade, reforçando normas de gênero e limitando o acesso a informações qualificadas, como também indicam Monroy-Garzón e Silva (2022) e Amaral et al. (2017).

Desse modo, ao articular teoria e etnografia, torna-se possível compreender a maternidade na adolescência em Beneditinos não como um evento isolado ou desviante em si mesmo, mas como uma experiência socialmente situada, produzida na intersecção entre normas culturais, desigualdades estruturais e trajetórias individuais.

3. DESENVOLVENDO O CAMPO DE PESQUISA

O município de Beneditinos, localizado no interior do estado do Piauí, configura-se como um espaço urbano de pequena escala, cuja organização territorial e dinâmica social evidenciam características típicas de cidades interioranas. Seu núcleo central estrutura-se em torno de uma praça pública, que opera não apenas como referência espacial, mas como um importante lócus de sociabilidade, circulação e encontros cotidianos. No entorno desse espaço, distribuem-se residências e pequenos estabelecimentos, compondo uma paisagem que

⁵ Minha pesquisa de mestrado encontra-se atualmente em desenvolvimento, com previsão de conclusão em março de 2027. Por esse motivo, este trabalho ainda está em processo de elaboração; neste artigo, apresento recortes e reflexões parciais da pesquisa em andamento.

favorece relações de proximidade, visibilidade social e interação contínua entre os moradores.

Essa configuração espacial articula-se a formas específicas de convivência, marcadas por vínculos de reconhecimento mútuo, familiaridade e pertencimento. Trata-se de um contexto frequentemente descrito como acolhedor, no qual as interações sociais são atravessadas por relações de vizinhança e redes de sociabilidade densas. A composição demográfica do município, majoritariamente formada por pessoas idosas, contribui para a manutenção de valores e práticas mais tradicionais. Contudo, a presença expressiva de jovens indica a coexistência de distintas gerações, produzindo um campo social atravessado por tensões, continuidades e transformações.

Minha inserção nesse campo não se dá a partir de uma posição de exterioridade, mas é fortemente atravessada por vínculos afetivos, familiares e territoriais. Beneditinos constitui o território de origem da minha família, sendo o local onde residem meus avós e grande parte dos meus parentes. Embora meus pais tenham migrado para Teresina em busca de melhores condições de trabalho, movimento que reflete dinâmicas mais amplas de mobilidade entre interior e capital, os laços com o município permaneceram ativos ao longo da minha trajetória. As experiências vividas durante a infância, especialmente nos períodos de férias, contribuíram para a construção de um pertencimento que atravessa diretamente meu olhar enquanto pesquisadora.

Esse enraizamento, entretanto, não elimina os desafios do trabalho de campo; ao contrário, exige um exercício constante de reflexividade e reposicionamento. A familiaridade com o contexto demanda um esforço analítico no sentido de estranhar o que é aparentemente conhecido, transformando experiências vividas em objeto de investigação antropológica. Nesse sentido, a construção do campo implicou não apenas uma aproximação empírica, mas também um deslocamento epistemológico⁶, no qual busquei tensionar minha posição entre o “ser de dentro” e o “olhar de fora”.

O trabalho de campo foi desenvolvido, de maneira mais sistemática, a partir de 2026, tendo como principal espaço institucional o Centro de Referência de Assistência Social

⁶ Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2000), o trabalho antropológico exige uma postura reflexiva baseada na articulação entre observar, escutar e registrar, de modo que o pesquisador construa o conhecimento a partir do diálogo com o outro, equilibrando envolvimento no campo e distanciamento analítico.

(CRAS) de Beneditinos. O município, situado a aproximadamente 100 km da capital Teresina, possui cerca de 9.929 habitantes distribuídos em um território de 937 km², com base econômica centrada na agricultura e no comércio. Para além dessas dimensões, destaca-se também como polo regional de ecoturismo, especialmente em áreas como a Barragem e o Morro do Miranda.

O primeiro contato com o campo institucional ocorreu sem mediações prévias, por meio de uma visita direta ao CRAS, realizada na manhã de quarta-feira. Na ocasião, apresentei a proposta da pesquisa e estabeleci interlocução com a assistente social presente, o que possibilitou a abertura inicial para a inserção no campo. Em um segundo momento, participei de uma reunião com a equipe técnica, que contou também com a presença da psicóloga do equipamento. Esse encontro foi fundamental para compreender as dinâmicas institucionais de acompanhamento de jovens mães e gestantes, bem como as estratégias de intervenção desenvolvidas no âmbito da política de assistência social local.

As práticas observadas no CRAS, como o monitoramento contínuo das gestantes, a realização de visitas domiciliares e as orientações sistemáticas sobre cuidado, saúde e comportamento materno, não se restringem à dimensão assistencial. Ao contrário, constituem um campo privilegiado de análise das formas pelas quais o Estado atua sobre a vida social, produzindo intervenções que articulam cuidado e regulação. Nessa direção, o CRAS pode ser compreendido, à luz de Veena Das, como um espaço no qual o Estado se materializa nas práticas ordinárias, tornando-se presente nas interações cotidianas entre agentes institucionais e a população.

No que se refere ao acompanhamento das jovens, as profissionais relataram que o fluxo de atendimento se inicia, em geral, nas unidades básicas de saúde, onde são realizados os primeiros exames e atendimentos pré-natais. A partir desse contato inicial, casos identificados como mais vulneráveis são encaminhados ao CRAS, que passa a realizar um acompanhamento sistemático, envolvendo reuniões mensais, atendimentos individuais e visitas domiciliares. Trata-se de uma atuação intersetorial, que articula saúde e assistência social, evidenciando a complexidade das estratégias de cuidado direcionadas a essas jovens.

Durante o trabalho de campo, tornou-se evidente que as gestantes atendidas são, em sua maioria, adolescentes entre 15 e 16 anos, frequentemente inseridas em contextos marcados por vulnerabilidades múltiplas. Entre as situações recorrentes, destacam-se a

ocultação inicial da gravidez, o acesso tardio aos serviços de saúde, condições precárias de moradia e a constituição precoce de arranjos conjugais. Em alguns casos, essas jovens passam a residir com o parceiro ou com a família dele, assumindo responsabilidades domésticas e maternas em um momento ainda inicial de suas trajetórias de vida.

A fala de uma das profissionais sintetiza a complexidade dessas situações: trata-se, segundo ela, de “casos muito delicados”, nos quais muitas jovens não dispõem de redes de apoio familiares ou comunitárias, demandando uma atuação mais intensiva por parte da equipe técnica. Esse acompanhamento inclui não apenas aspectos objetivos da gestação, mas também suporte emocional e orientação social, evidenciando uma abordagem que busca intervir sobre diferentes dimensões da vida dessas adolescentes.

Nesse contexto, o grupo de gestantes promovido pelo CRAS emerge como um espaço central de intervenção. Realizados mensalmente, os encontros reúnem jovens em diferentes estágios da gestação e contam com a participação de profissionais como enfermeiros, nutricionistas e assistentes sociais. Nesses espaços, são abordados temas relacionados à saúde materno-infantil, ao cuidado com o bebê e às responsabilidades associadas à maternidade.

Entretanto, a análise etnográfica permite compreender esse grupo de forma ambivalente. Se, por um lado, ele constitui um espaço de acolhimento, troca de experiências e acesso a informações relevantes, por outro, também opera como um dispositivo de normatização, no qual são produzidas e reforçadas determinadas concepções de maternidade. Essas concepções, frequentemente ancoradas em ideais de cuidado, responsabilidade e dedicação feminina, evidenciam como as políticas públicas não apenas garantem direitos, mas também participam da produção de subjetividades e da regulação de comportamentos.

Adicionalmente, a participação das gestantes nos encontros revela dinâmicas específicas: observa-se maior assiduidade até aproximadamente a 28ª semana de gestação, seguida por uma redução na frequência, frequentemente associada ao cansaço físico e às dificuldades de deslocamento. Outro elemento relevante diz respeito à distribuição de benefícios, como o kit enxoval, que também influencia a adesão ao grupo, evidenciando a articulação entre assistência material e participação institucional.

Por fim, ao situar o CRAS no interior da estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), torna-se possível compreender sua atuação como parte de uma política mais ampla de proteção social básica, orientada pela prevenção de riscos e pelo fortalecimento de

vínculos familiares e comunitários. No entanto, do ponto de vista analítico, essa atuação pode ser problematizada como uma forma de gestão da pobreza que, ao mesmo tempo em que amplia o acesso a direitos, também produz mecanismos de classificação, monitoramento e regulação das populações em situação de vulnerabilidade.

4. MATERNIDADE E JUVENTUDE: VIVÊNCIAS ETNOGRÁFICAS NA PESQUISA DE MESTRADO.

Maria⁷, nome fictício adotado para preservar sua identidade⁸, completou 18 anos em janeiro de 2026, é natural de Beneditinos, e é mãe de uma criança de dois anos, tendo vivenciado a gestação aos 15 anos, quando cursava o primeiro ano do Ensino Médio. Após nossas primeiras trocas de mensagens, combinamos a realização da entrevista em sua residência. Em um sábado pela manhã, ela me enviou a localização por meio do celular, e, a partir disso, organizei o deslocamento até sua casa. Peguei a bicicleta do meu avô e segui em direção ao bairro Barrinha, em um percurso que durou cerca de vinte minutos.

O trajeto foi tranquilo, marcado por cenas cotidianas da cidade: algumas pessoas caminhando pelas ruas, muitas delas a caminho da feira para comprar alimentos, prática bastante comum aos sábados e que compõe a dinâmica social local. Esse movimento revelava um ritmo próprio da vida no município, no qual a feira se configura como um espaço central de circulação e sociabilidade. Ao chegar à residência, fui recebida por Maria de maneira tímida, mas acolhedora. Sua casa, simples, no modelo de habitação de projetos habitacionais, apresentava, ainda assim, um ambiente organizado e acolhedor. A escolha por realizar a entrevista nesse espaço doméstico não apenas facilitou sua participação, como também possibilitou uma aproximação mais sensível de seu cotidiano, evidenciando aspectos da vida familiar e das condições materiais que atravessam sua experiência enquanto jovem mãe em minhas observações.

No momento da entrevista, encontravam-se na casa Maria, seu filho e a filha de sua prima. Ela era responsável tanto pelo cuidado das crianças quanto pelo preparo do almoço, o que acabou delimitando o tempo disponível para a conversa. Nesse contexto, a entrevista ocorreu de forma mais breve e direta, concentrando-se nos pontos centrais da pesquisa. Maria demonstrava certa timidez, ao mesmo tempo em que se mantinha atenta às suas tarefas domésticas, evidenciando esta sobreposição entre o trabalho de cuidado e a disponibilidade

⁷ O uso de um nome fictício foi adotado para preservar a identidade da entrevistada, uma vez que ela optou por não se identificar.

para o diálogo. As crianças brincavam em um quarto ao lado da sala, e nos acomodamos na entrada da casa.

Maria é uma jovem que se autodeclara parda, possui ensino médio completo e seu estado civil é solteira. Atualmente, está desempregada e é beneficiária do programa Bolsa Família, o que contribui para a manutenção das despesas domésticas. Reside no bairro Barrinha, em Beneditinos, uma área mais afastada do centro urbano, em uma casa própria pertencente à família. O domicílio é compartilhado com outros cinco membros, totalizando seis pessoas, o que evidencia uma dinâmica familiar marcada pela coabitação e pelo compartilhamento de recursos. Segundo seu relato, a gravidez ocorreu a partir de um envolvimento com um jovem que estava temporariamente na cidade durante o período de férias.

Eles se conheceram em uma festa local e passaram a se encontrar com frequência naquele período, embora, conforme Maria destacou, não se tratasse de um relacionamento formal. Sua família, especialmente sua mãe, não tinha conhecimento desse envolvimento. O rapaz, natural de São Paulo, permaneceu em Beneditinos por cerca de dois meses, período em que, segundo a interlocutora, se aproximaram afetivamente. Ele era mais velho, tendo aproximadamente 20 anos, e Maria relatou ter desenvolvido sentimentos por ele.

Maria relatou ainda que a maternidade não fazia parte de seus projetos antes da gravidez. Seus planos estavam orientados para a continuidade dos estudos, a possibilidade de ingresso no ensino superior e a inserção no mercado de trabalho. Segundo ela, já havia tido contato com narrativas de outras jovens que engravidaram precocemente, o que lhe causava certo temor: *“A gente nunca pensa que vai acontecer com a gente, né? Eu mesma nunca pensei que seria mãe jovem. Na verdade, eu tinha acabado de entrar no primeiro ano, então tava começando a sonhar com trabalhar”*.⁹ Sua fala evidencia como a gravidez na adolescência, em seu caso, não se insere em um projeto previamente desejado, mas se configura como um acontecimento que reorienta expectativas e trajetórias.

Ao ser questionada sobre possíveis julgamentos sociais, Maria destacou a recorrência de comentários por parte de vizinhos e familiares mais distantes, que associavam sua gravidez a uma suposta negligência em relação aos estudos: “Foi namorar e deu nisso, agora tem que cuidar do menino”, ou ainda “minha filha, você tinha era que estudar”. Tais falas expressam moralidades sociais que responsabilizam individualmente as jovens por sua condição, desconsiderando os contextos mais amplos em que essas experiências se produzem.

⁹ As partes em texto itálico correspondem às falas da própria interlocutora.

Apesar disso, Maria enfatiza sua persistência em concluir a educação básica, ainda que em condições adversas: *“Mas eu fui lá e terminei a escola, com dificuldade, mas deu certo, graças à minha mãe, que sempre me apoiou”*. Ao mencionar a trajetória materna, marcada pela criação de três filhos de forma independente, Maria também evidencia a importância das redes de apoio femininas, ao mesmo tempo em que reconhece a permanência de julgamentos sociais direcionados às mulheres em contextos semelhantes: *“ela sabe como é difícil [...] e o povo sempre fala mal”*.

Após o retorno do jovem à sua cidade de origem, os dois mantiveram contato por meio de mensagens e ligações. No entanto, Maria afirmou que, naquele momento, ainda não tinha conhecimento da gravidez. Em suas palavras: *“Nesse tempo eu nem imaginava que já tava grávida. A gente se falava todos os dias pelo WhatsApp, conversava sempre. Só que depois de mais ou menos um mês, minha menstruação atrasou. Aí eu fiz o teste e fiquei desesperada quando vi que deu positivo. Fui falar com ele: ‘tô grávida, e agora?’... e ele simplesmente parou de me responder.”*

O relato de Maria evidencia não apenas a dimensão afetiva e relacional envolvida na experiência da gravidez, mas também aspectos como a ausência de apoio do parceiro, a vulnerabilidade emocional e a forma como essas trajetórias são atravessadas por relações marcadas pela instabilidade e pela assimetria de responsabilidades.

Durante a entrevista, perguntei se ela utilizava ou possuía conhecimento sobre métodos contraceptivos. A interlocutora respondeu que tinha apenas um conhecimento limitado sobre o tema e que não fazia uso de nenhum método. Em suas palavras: *“Não... na verdade eu conhecia um pouco, mas não muito, sabe?”*

Ao narrar os desdobramentos da descoberta da gravidez, Maria relatou que tentou diversas vezes retomar o contato com o rapaz. Após sucessivas tentativas, ele chegou a atender uma de suas ligações, afirmando que ainda estava *“tentando entender a situação”*, a qual considerava difícil, sobretudo pela distância geográfica entre ambos, ele em São Paulo e ela em Beditinos. Nesse momento, Maria evidencia as expectativas que ainda mobilizavam seu imaginário afetivo, ao afirmar: *“na minha cabeça de iludida eu ainda pensei que ele fosse me levar pra lá, que talvez ele viesse me buscar pra gente morar lá”*.

Segundo seu relato, o contato entre os dois foi gradualmente se tornando mais esporádico. Durante cerca de dois meses, ele ainda manteve alguma comunicação, mas restrita a mensagens ocasionais, nas quais perguntava sobre seu estado, sem a mesma frequência ou envolvimento de antes. Com o passar do tempo, o distanciamento se intensificou, sendo acompanhado de uma redefinição das esperanças por parte de Maria. Em

determinado momento, o rapaz afirmou que poderia contribuir financeiramente, mas que não assumiria integralmente a responsabilidade pela criança. Diante disso, Maria relata um processo de ressignificação da situação: *“como eu já tinha superado o fato de que nem ele ia vir pra cá, nem eu ia pra lá, aí eu desisti, né... pensei que se ele pelo menos pagasse pensão já tava bom”*.

Nesse período, a revelação da gravidez à sua mãe marcou uma inflexão importante em sua trajetória, sobretudo pelo apoio familiar recebido, que contribuiu para uma maior estabilidade emocional. No entanto, a promessa de auxílio financeiro por parte do pai da criança não se concretizou de forma consistente. Maria relata que aguardou ajuda para a compra do enxoval, já sabendo que esperava um menino, e chegou a comunicar essa informação a ele. Ainda assim, o suporte foi tardio e insuficiente: *“fiquei esperando o dinheiro pra comprar o enxoval do neném... ele só foi mandar quando já tava perto de eu ganhar, e mesmo assim foi pouca coisa”*.

Diante dessa ausência, outras redes de apoio se mostraram fundamentais, especialmente as relações de amizade. Maria destaca o papel central de suas amigas, que organizaram um chá de fraldas e contribuíram com diversos itens necessários para o cuidado do bebê: *“a sorte foi que minhas amigas me ajudaram muito, fizeram chá de fralda, me deram um bocado de coisa”*.

Ao ser questionada sobre sua situação atual, Maria descreve a permanência da ausência paterna no cotidiano de sua vida e na criação do filho. Em suas palavras: *“do mesmo jeito, ele não me ajuda em nada, nem fala mais comigo, não sei por onde anda. Às vezes ele pede foto do neném no WhatsApp, pergunta como ele tá... mas é de vez em quando. Ele manda 200, 250 reais, mas não é todo mês, não é um valor certo, é só às vezes e olhe lá. Graças a Deus eu não preciso dele pra cuidar dessa criança.”*

O relato evidencia não apenas a irregularidade do suporte financeiro, mas também a fragilidade do vínculo paterno, marcado por contatos esporádicos e pela ausência de paternidade contínua. Ao mesmo tempo, a fala de Maria revela um processo de afirmação de autonomia, ainda que construída em meio a limitações estruturais, ao enfatizar que não depende do pai da criança para exercer a maternidade.

Perguntei se ela percebia que há diferenças na forma como homens e mulheres são julgados ou apoiados quando se tornam pais ou mães ainda jovens e o porquê disso. Ela respondeu que sim, que percebe muita diferença. Relatou que, quando uma menina engravida cedo, costuma ser muito mais julgada: *“as pessoas falam, criticam, dizem que foi irresponsável, que “estragou seu futuro”*. Já em relação aos meninos, segundo ela, isso não

pesa da mesma forma, sendo, em alguns casos, até visto com certo orgulho, como uma espécie de afirmação da masculinidade, *“Nossa parabéns por ser pai, mesmo que não assuma a criança”*.

A interlocutora também destacou que o apoio recebido é desigual, pois as meninas enfrentam mais cobranças do que acolhimento, enquanto os meninos nem sempre são pressionados a assumir as mesmas responsabilidades. Por fim, atribuiu essa diferença às desigualdades de gênero ainda presentes, nas quais se espera que a mulher assuma integralmente o cuidado, ao passo que o homem pode escolher o nível de envolvimento.

Ao abordar sua vida no presente, Maria destaca esforços de continuidade e reorganização de sua trajetória. Ela relata ter conseguido concluir o ensino médio no ano anterior, ressaltando o papel fundamental da rede familiar nesse processo: *“atualmente eu tô buscando um emprego. Consegui terminar a escola no ano passado, graças à minha mãe e à minha avó, que cuidavam do neném pra eu ir pra escola.”* Esse trecho evidencia a importância das redes de apoio intergeracionais, especialmente femininas, na sustentação das trajetórias de jovens mães.

No entanto, a inserção no mercado de trabalho aparece como um desafio significativo. Maria aponta as limitações estruturais do contexto local, ao afirmar: *“tá difícil arrumar emprego aqui, porque Beditinos sabe como é, né... não tem futuro. Só se fosse pra Teresina.”* A possibilidade de migração surge como alternativa, ainda que não imediata, revelando a tensão entre permanência e mobilidade como estratégia de busca por melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, ela projeta mudanças futuras a partir da entrada do filho na creche: *“talvez dê certo, porque no próximo ano o neném vai pra creche, né.”*

Esse conjunto de elementos permite compreender como a maternidade na adolescência, longe de representar uma ruptura definitiva, se articula a processos contínuos de negociação, nos quais as jovens mobilizam recursos familiares, projetam estratégias e constroem possibilidades dentro dos limites impostos por contextos de vulnerabilidade social.

Ao ser questionada sobre sua rotina atual, Maria descreve um cotidiano marcado pelo cuidado com o filho e por práticas voltadas ao autocuidado, como a frequência à academia. Segundo ela, *“cuido do neném e vou pra academia”*, sintetizando uma rotina que se organiza, sobretudo, em torno da maternidade. Atualmente, Maria reside com sua mãe, seu irmão, uma prima e a filha dessa prima, compondo um arranjo familiar ampliado, no qual diferentes gerações e responsabilidades se articulam no cotidiano doméstico. Sua prima trabalha em um

comércio local, enquanto sua mãe se dedica às atividades da casa e ao suporte familiar. O irmão ainda está em idade escolar, o que reforça a centralidade da unidade doméstica como espaço de organização das atividades e de compartilhamento de recursos.

As maiores dificuldades enfrentadas por Maria estão diretamente relacionadas à falta de apoio do pai da criança, tanto no aspecto financeiro quanto afetivo, à dificuldade de inserção no mercado de trabalho e às limitações estruturais do contexto local, como a escassez de oportunidades em Beneditinos e a ausência de creches acessíveis. Esses fatores revelam como o cuidado, em seu caso, é atravessado por desigualdades de gênero e classe, nas quais recai sobre a mulher a responsabilidade quase exclusiva pela criação dos filhos, ao mesmo tempo em que suas possibilidades de autonomia econômica são restringidas.

Diante dessas dificuldades, Maria desenvolve estratégias que envolvem, principalmente, a mobilização de redes de apoio informais e institucionais. A família, especialmente sua mãe e sua avó, desempenha um papel fundamental, possibilitando que ela conclua os estudos e mantenha alguma estabilidade emocional. Além disso, suas amigas também constituem uma rede importante, como no caso da organização do chá de fraldas, que contribuiu materialmente para o cuidado com o bebê. No âmbito institucional, o acesso à Bolsa Família aparece como um recurso relevante para a manutenção das condições básicas de vida.

Outra estratégia importante é a projeção de alternativas futuras, como a expectativa de inserção do filho na creche, o que possibilitaria sua entrada no mercado de trabalho. Essa perspectiva revela que o cuidado, para Maria, também envolve planejamento e negociação com o futuro, buscando criar condições para ampliar sua autonomia sem abrir mão das responsabilidades maternas.

Esse conjunto de elementos permite compreender como a maternidade na adolescência, longe de representar uma ruptura definitiva, se articula a processos contínuos de negociação, nos quais as jovens mobilizam recursos familiares, projetam estratégias e constroem possibilidades dentro dos limites impostos por contextos de vulnerabilidade social.

Ao ser questionada sobre sua rotina atual, Maria descreve um cotidiano marcado pelo cuidado com o filho e por práticas voltadas ao autocuidado, como a frequência à academia. Segundo ela, “*cuido do neném e vou pra academia*”, sintetizando uma rotina que se organiza, sobretudo, em torno da maternidade. Atualmente, Maria reside com sua mãe, seu irmão, uma prima e a filha dessa prima, compondo um arranjo familiar ampliado, no qual diferentes gerações e responsabilidades se articulam no cotidiano doméstico. Sua prima trabalha em um comércio local, enquanto sua mãe se dedica às atividades da casa e ao suporte familiar. O

irmão ainda está em idade escolar, o que reforça a centralidade da unidade doméstica como espaço de organização das atividades e de compartilhamento de recursos.

O “cuidar” aparece como um trabalho cotidiano, contínuo e atravessado por desigualdades de gênero, uma vez que a responsabilidade pelo bebê recai quase integralmente sobre ela. A literatura mostra que a divisão sexual do trabalho estrutura de forma desigual a distribuição entre trabalho remunerado e não remunerado, atribuindo às mulheres a maior parte das tarefas domésticas e do cuidado. Hirata e Kergoat (2007) definem essa divisão como uma organização social fundada nas relações entre os sexos; Sorj (2014) destaca que a socialização do cuidado, embora necessária, não elimina as desigualdades de gênero e classe; Biroli (2016) argumenta que essa assimetria restringe a autonomia das mulheres; e Medeiros e Pinheiro (2018) demonstram, no contexto brasileiro, que o tempo dedicado ao trabalho pago e não pago continua distribuído de forma desigual entre homens e mulheres. Dados do IPEA e do IBGE reforçam esse quadro ao mostrar que as mulheres seguem dedicando bem mais horas semanais aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas do que os homens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, observa-se que a análise das experiências da interlocutora permite evidenciar a complexidade que atravessa as políticas públicas voltadas à maternidade e à infância no Brasil, marcadas por movimentos simultâneos de avanço e permanência de desigualdades, principalmente as de gênero. Tais políticas não se configuram de maneira linear, oscilando entre perspectivas conservadoras, que reforçam papéis tradicionais de gênero, e propostas que buscam ampliar direitos e promover maior autonomia feminina.

No contexto empírico desta pesquisa, essa ambivalência se materializa na atuação de programas e serviços como o Bolsa Família, o CRAS e o atendimento em saúde, que, embora ofereçam suporte material e institucional às jovens mães, frequentemente reiteram a centralização das responsabilidades de cuidado sobre elas. Esse processo evidencia como tais políticas podem operar, ao mesmo tempo, como mecanismos de proteção social e de reprodução de desigualdades de gênero, especialmente quando articuladas a transformações recentes no campo dos direitos sociais e trabalhistas, como as mudanças na CLT, que impactam diretamente as condições de vida das mulheres/mães trabalhadoras.

Além disso, os relatos da interlocutora, Maria, revelam como a experiência da maternidade na juventude reorganiza profundamente suas prioridades, afetos e projetos de vida. Ao expressar o desejo de “voltar a viver sem preocupações”, a interlocutora remete a um período anterior à maternidade, marcado por menor carga de responsabilidades, ao

mesmo tempo em que reconhece que, no presente, sua principal preocupação é o bem-estar do filho.

Embora a gravidez na adolescência/juventude possa implicar a interrupção, temporária ou definitiva, dos estudos e contribuir para a reprodução de papéis tradicionais associados à mulher e à maternidade, é preciso considerar que o contexto contemporâneo, marcado pela exigência crescente de escolarização e pela retração das oportunidades de trabalho, tenciona e reconfigura os valores familiares.

Nesse cenário, as famílias, especialmente nas camadas médias, tendem a reforçar a permanência prolongada dos filhos no espaço doméstico, sustentada por vínculos de dependência econômica e/ou afetiva. Como consequência, a inserção tardia no mercado de trabalho está frequentemente associada ao adiamento da constituição de uma nova unidade familiar. Assim, a gravidez nesse período da vida passa a ser interpretada, nesses segmentos, como um descompasso em relação às expectativas normativas da modernidade, frequentemente vinculada às formas contemporâneas de vivência da juventude.

Por outro lado, quando deslocamos o olhar para as camadas populares, a gravidez na juventude adquire outros significados e se insere em uma lógica sociocultural distinta. Nesses contextos, ela não necessariamente representa uma ruptura, mas pode estar articulada a um conjunto de valores e possibilidades historicamente construídas, nas quais a formação de uma nova família tende a ocorrer de maneira mais precoce. Ademais, estudos socioantropológicos indicam que, nesses segmentos, há uma valorização mais acentuada da condição adulta, entendida sobretudo a partir da autonomia, ainda que relativa, em relação à família de origem (Heilborn et al., 2002; Groppo, 2000; Duarte, 1986). Tal valorização está diretamente relacionada à inserção mais cedo no mundo do trabalho, o que possibilita aos jovens contribuir com a renda familiar e assumir responsabilidades que, muitas vezes, extrapolam a capacidade dos pais.

Nesse sentido, o aprendizado precoce das atividades domésticas entre jovens mulheres das camadas populares também desempenha um papel central na socialização de gênero, orientando práticas e expectativas relativas à organização do lar e à constituição da vida familiar. Dessa forma, tais experiências não apenas antecipam responsabilidades, mas também estruturam modos específicos de incorporação dos papéis de mãe e mulher. É justamente a partir dessas dinâmicas, marcadas por desigualdades sociais, expectativas de gênero e distintas temporalidades da juventude, que se tornam mais evidentes as tensões e continuidades que atravessam as trajetórias analisadas.

Tal narrativa evidência que, em contextos de vulnerabilidade social, a maternidade precoce se estrutura a partir de uma tensão entre responsabilidades antecipadas, limitações de acesso a políticas públicas e a construção de expectativas em torno do trabalho como possibilidade de autonomia. Nesse sentido, conforme argumenta Maria Luiza Heilborn et al. (2002), a compreensão da gravidez na adolescência exige a articulação entre dimensões materiais e simbólicas, sendo atravessada por marcadores sociais como juventude, classe e gênero. Assim, a juventude, frequentemente associada a um período de experimentação e descobertas, passa a ser resignificada diante das exigências impostas pela maternidade, evidenciando a necessidade de análises que integrem trajetórias individuais e estruturas sociais mais amplas.

Referências

- BIROLI, Flávia. **Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias**. Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, n. 53, p. 72–89, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006**: relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de saúde do adolescente: bases programáticas**. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2012.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, SirmaBilge ; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo :Boitempo, 2020.
- DUARTE, L. F.1986 **Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu**. Lisboa: Edições 70, 1966.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1993.
- GONÇALVES, Hebe Signorini et al. **Juventude, sexualidade e reprodução: um estudo sobre gravidez na adolescência no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 623–632, 2006.

GROPPO, L.2000 **Juventude. Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**, Rio de Janeiro, Difel.

HEILBORN, Maria Luiza. **“Gravidez na Adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social”** In VIEIRA, Elisabeth M., FERNANDES, Maria Eugenia L., BAILEY, Patrícia e McKAY, Arlene. 1998.

HEILBORN, Maria Luiza. **“Construção de si, gênero e sexualidade”**, in: **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela; KNAUTH, Daniela; BOZON, Michel; ALMEIDA, Maria da Conceição; ARAÚJO, Jenny; MENEZES, Greice. **“Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais”**. Cadernos de Saúde Pública, v. 19, suplemento 2, p.S377-S388, 2003.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, ano.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, ano.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista** Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento: em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana. **Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: uma análise do tempo de trabalho pago e não pago**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

MONROY-GARZON, A. M.; SILVA, K. L. da. **Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural**. Interface -Comunicação, Saúde, Educação, v. 26, p. e210572, 2022.

SORJ, Bila. **Socialização do cuidado e desigualdades de gênero.** Tempo Social, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 123–144, 2014.